

//Segurança

JOSÉ PENEDOS E O FILHO PAULO FORAM CONDENADOS A 5 E 4 ANOS DE PRISÃO EFETIVA, NO FACE OCULTA



"TRANSPARÊNCIA" PEDE PRISÃO IMEDIATA

O líder da associação Transparência e Integridade, Luís de Sousa, defende uma alteração da lei que imponha a imediata aplicação das penas de prisão efetiva decididas por tribunais de primeira instância, sem prejuízo de subsequentes recursos. "Quando há decisão

da primeira instância, já se cumpriram várias etapas", diz, aludindo ao relatório da PJ, à acusação do Ministério Público, ao despacho instrutório de um juiz e ao acórdão de outros três juizes. "Se acreditamos que a justiça de primeira instância só é credível para o pequeno delinquent, é péssimo".

Acórdão histórico vai ser objeto de recurso
● **Analistas** dividem-se entre o pessimismo e o otimismo sobre o desfecho do processo

SENTENÇA CRIA PRESSÃO SOBRE TRIBUNAIS SUPERIORES

Nelson Morais
policia@jn.pt

O historial dos recursos de arguidos poderosos gera ceticismo sobre o desfecho do Face Oculta, mas o acórdão de Aveiro já resulta de uma pressão de mudança na justiça a que os tribunais superiores também não escapam.

As opiniões recolhidas pelo JN sobre o futuro do processo Face Oculta dividem-se entre o ceticismo e a crença numa mudança de atitude dos tribunais superiores, que julgarão os recursos dos arguidos condenados esta sexta-feira. O Tribunal de Aveiro, num acórdão invulgar, condenou todos os 36 arguidos, aplicando penas de prisão efeti-

va a um grupo de 11, onde se incluem as figuras mais mediáticas e influentes.

Para o presidente da associação que representa a Transparência Internacional no nosso país, Luís de Sousa, "o comportamento habitual dos tribunais superiores não nos permite olhar para o futuro do processo com otimismo".

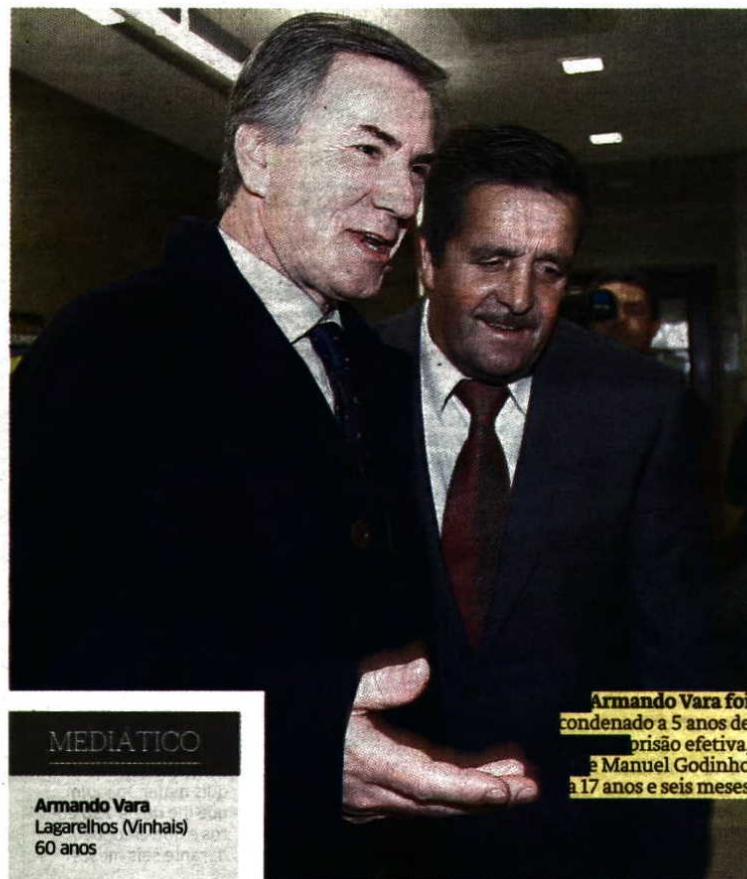
Este investigador da Universidade de Aveiro reconhece que o acórdão de primeira instância "é uma condenação forte e causou a surpresa geral, porque os portugueses estão fartos de ver notícias muito más sobre a atuação da justiça com políticos e homens de negócios". Mas daí a falar numa "grande vitória da justiça" vai uma grande distância, relativiza, "porque já se viu vezes sem conta os processos arrasta-

rem-se pelos tribunais superiores até não darem em nada". "Seria naïf pensar que as redes de influência não atuam sobre esses tribunais", acrescenta.

Já João Paulo Dias, investigador e diretor do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, reconhece razões para o ceticismo, mas acredita que "há condições para uma mudança".

O sociólogo diz que o acórdão de Aveiro já só o surpreendeu "parcialmente, porque alguns atores do sistema judicial querem mostrar serviço e um acréscimo de autoridade perante a sociedade para reforçarem a sua legitimidade".

"Vemos que em casos menores, como o do "meet" em Lisboa, ou em casos como o Face Oculta, há hoje uma maior preocupação em obter



Armando Vara foi condenado a 5 anos de prisão efetiva, e Manuel Godinho a 17 anos e seis meses

MEDIÁTICO

Armando Vara
Lagarelos (Vinhais)
60 anos

Da oficina de reparação de carros até à multinacional Camargo Corrêa, Vara traçou um percurso graças à política. No 25 de Abril, juntou-se ao PS e rápido chegou a deputado. Integrou o Governo de Guterres (1995-2000), do qual se demitiu, após o então ministro Fernando Gomes ter denunciado as contas da Fundação para a Prevenção criada por si. É já com Sócrates, antigo sócio numa empresa de venda de combustíveis, que chega a administrador na banca - apesar de, neste setor, contar até então somente com a experiência de balconista. **N.M.R.**

resultados, condenações exemplares, face às frustrações de tempos recentes", observa.

De resto, Dias entende que também houve evolução favorável nas cúpulas do sistema. "Sente-se uma nova exigência na nova procuradora-geral da República e no novo presidente do Supremo Tribunal de Justiça, mas também na ministra da Justiça", afirma, considerando que esse novo registo pode ajudar os magistrados a resistirem às "redes de influência" que procuram condicionar as suas decisões.

Pegando no exemplo do elogio feito antontem pela procuradora-geral à investigação do Face Oculta, João Paulo Dias nota mesmo "um discurso político-judicial de validação do trabalho realizado em Aveiro que, aliado

ao contexto de maior exigência da sociedade sobre a justiça, aumenta a pressão sobre os tribunais superiores que vão julgar os recursos deste processo".

"Não quero imaginar o que seria um tribunal superior vir a anular ou reduzir de forma significativa aquelas condenações", diz. ●

FACE OCULTA

36

arguidos foram condenados

(incluindo duas empresas). Em 11 casos, foram-no a penas de prisão efetiva.